



CÂMARA MUNICIPAL  
Secretaria  
Protocolado sob nº 051/11  
Em 08/08/11  
Rovistiane



SECRETARIA DO LEGISLATIVO  
Recebido em 08/08/11 às 12/08

Rovistiane

**PROJETO DE LEI Nº 051 /2011**

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir um  
**CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL**

A Câmara Municipal de Carambeí, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no corrente exercício financeiro, um **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL** no valor de **R\$ 45.472,19** ( quarenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e dois reais e dezenove centavos ) de acordo com as seguintes especificações:

07 002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- DEPARTAMENTO DE SAÚDE - FMS <u>10.301.10011-099 - PROJETO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS</u> 3085-3.3.90.93.00.00-33.321 - Indenizações e Restituições ..... 3085-3.3.90.93.00.00-31.321 - Indenizações e Restituições ..... 3085-3.3.90.93.00.00-01.000 - Indenizações e Restituições .....	39.621,69 2.500,00 3.350,50
	<b>TOTAL DOS CREDITOS ESPECIAIS</b>	<b>45.472,19</b>

Artigo 2º - Como recurso para abertura do CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL previsto no artigo anterior, fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar-se dos seguintes recursos:

§1º - Recursos do Superávit Financeiro da Fonte 33.321, verificado no Balanço do Exercício de 2010, no valor de R\$ 39.621,69 (trinta e nove mil, seiscentos e vinte e um reais e sessenta e nove centavos).

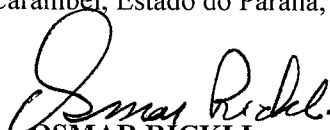
§2º - Recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na conta da receita de rendimentos de aplicação financeira na fonte 31.321, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), na forma do Art. 43, §1º, Inciso II, da Lei Federal 4320/64.

§3º - O valor de R\$ 3.350,50 (três mil, trezentos e cinquenta reais e cinquenta centavos), proveniente do cancelamento das dotações orçamentárias a seguir discriminadas, constantes do Orçamento Geral do corrente exercício financeiro:

07 002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DEPARTAMENTO DE SAÚDE - FMS <u>10.301.10012-100 - PROGRAMA DST/AIDS</u> 3320-3.3.90.36.00.00-01.000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física ..... 3330-3.3.90.39.00.00-01.000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ...	2.000,00 1.350,50
	<b>TOTAL DOS CANCELAMENTOS</b>	<b>3.350,50</b>

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Carambeí, Estado do Paraná, em 03 de agosto de 2011.

  
**OSMAR RICKLI**  
Prefeito Municipal

PRIMEIRA VOTAÇÃO  
APROVADO POR unanimidade  
Em 16 de agosto de 2011

  
**Patricia Kremer**  
Vereadora - 2ª Secretária

SEGUNDA VOTAÇÃO  
APROVADO POR unanimidade  
Em 23 de agosto de 2011

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

**REFERENTE AO PROJETO DE LEI SOLICITANDO AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 45.472,19**

Estamos encaminhando a Vossas Excelências PROJETO DE LEI solicitando autorização para abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 45.472,19 (quarenta e cinco mil quatrocentos e setenta e dois reais e dezenove centavos), destinado a empenhar a devolução ao Ministério da Saúde, de recursos do Convênio 2106/2008, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes que seriam instalados nas Unidades de Saúde do Catanduva, Jd. Brasília, AFCB e na unidade de saúde que estava prevista para ser construída no Jotuva.

Tendo em vista que por problemas ocorridos na licitação dos equipamentos e também da impossibilidade da construção da unidade de saúde do Jotuva, houve uma sobra de recursos, cujo remanejamento não foi autorizado pelo Ministério da Saúde, e a auditoria do Ministério da Saúde concluiu pela devolução dos recursos, no valor de R\$ 44.252,32 acrescido dos rendimentos de aplicação financeira do período da constatação até a data da devolução, o que motivou a solicitação da abertura do Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 45.472,19.

Além do mais, o prazo de validade do convênio venceu em \_\_\_\_\_, o que impossibilita a realização de nova licitação para aquisição dos equipamentos que faltam para completar o que estava previsto no convênio. restando a esta municipalidade efetuar a devolução dos recursos não utilizados, visto a extrapolção de prazos.

Solicitamos, portanto de Vossas Excelências aprovação do presente Projeto, tendo em vista que quando da elaboração do orçamento de 2011 não foi prevista rubrica orçamentária destinada a devolução de recursos do referido Convênio 2106/2008.

Carambeí, 02 de agosto de 2011.



OSMAR RICKLI  
Prefeito Municipal



# CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

Rua da Prata, 99 – Fone (42) 231-1668 CEP 84145-000 – Carambeí – Paraná  
C.N.P.J. 01.613.766/0001-04 e-mail: camaracarambeí@br10.com.br

1

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 051/2011

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.

**Autor:** PODER EXECUTIVO

O Chefe do Poder Executivo Municipal submete à apreciação desta Colenda Câmara, Projeto de Lei epigrafoado que *“Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL”*.

Conforme se infere da justificativa que acompanha a Proposição em análise, o Chefe do Poder Executivo Municipal assinala, em síntese, que se trata de criação de conta orçamentária destinada à devolução de recursos não aplicados conforme especifica.


Ademais, cumpre destacar que o art. 14 da Lei Orgânica do Município dispõe que cabe à Câmara, com sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e, especialmente, votar o orçamento anual e plurianual de investimentos bem como AUTORIZAR A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS.

No entanto, visando resguardar a boa técnica legislativa ante a legislação federal vigente, apresentamos em anexo uma EMENDA DE REDAÇÃO, com a qual o Projeto de Lei epigrafoado estará apto para ser deliberado pelo Soberano Plenário.

Com estes fundamentos, a Proposição em exame está revestida dos critérios exigidos no tocante a constitucionalidade e legalidade, manifestando-se, esta **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 051/2011, nos termos da EMENDA DE REDAÇÃO em apenso, *reservando-se o direito de opinar sobre o mérito por ocasião de sua deliberação pelo Soberano Plenário*.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de agosto de 2.011.

  
**Vereador PATRICIA KREMER**  
Presidente

  
**Vereador PEDRO IVO BUENO**  
Membro

  
**Vereador INACIO POVAZ FILHO**  
Membro



# CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

2

Rua da Prata, 99 – Fone (42) 231-1668 CEP 84145-000 – Carambeí – Paraná

C.N.P.J. 01.613.766/0001-04 e-mail: camaracarambeí@br10.com.br

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 051/2011

### EMENDA DE REDAÇÃO

1 – Renumere-se corretamente os artigos do Projeto de Lei epigrafado, passando os §§ 1º a 3º do art. 2º a serem grafados como incisos I, II e III do art. 2º, respectivamente.

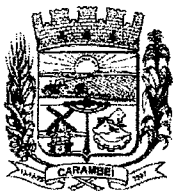
2 – Renumere-se corretamente os artigos do Projeto de Lei epigrafado, passando o art. 6º a ser grafado como art. 3º.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de agosto de 2.011.

  
Vereador **PATRICIA KREMER**  
Presidente

  
Vereador **PEDRO IVO BUENO**  
Membro

  
Vereador **INÁCIO POVAZ FILHO**  
Membro



# CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

Rua da Prata, 99 – Fone (42) 231-1668 CEP 84145-000 – Carambeí – Paraná

C.N.P.J. 01.613.766/0001-04 e-mail: camaracarambeí@br10.com.br

1

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 51/2011

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.

**Autor:** PODER EXECUTIVO

O Chefe do Poder Executivo Municipal submete à apreciação desta Colenda Câmara, Projeto de Lei epigrafado que *“Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL”*.

Regularmente despachado para a leitura, o Projeto de Lei, que ao ser autuado na Secretaria da Câmara Municipal recebeu o nº 51/2011, vem à esta Comissão Permanente a que compete a análise de mérito, conformidade com a Lei Orgânica do Município e o contido no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conforme se infere da justificativa que acompanha a Proposição em análise, o Chefe do Poder Executivo Municipal assinala, em síntese, que se trata de projeto destinado a rubrica denominada Indenizações e Restituições, qual seja para devolução de valores correspondente à aplicação financeira, nos termos do convênio realizado com o Ministério da Saúde anteriormente celebrado pelo Município.

É importante ressaltar o mérito da Proposição em tela, haja vista que se trata de adequação dentro do Orçamento Geral do Município, este já aprovado por esta Casa de Leis.

Por essas razões, a **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**, reunida nesta data, manifesta-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 51/2011.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de agosto de 2011.

  
**Vereador INACIO POVAZ FILHO**  
Presidente

  
**Vereador ILSON H. P. DE OLIVEIRA**  
Membro

  
**Vereador BART JANSSEN**  
Membro